A apropriação dos espaços de lazer no conjunto habitacional Major Veneziano (I, II, III e IV) em Campina Grande, PB

Sâmara Iris de Lima Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, S. I. L. A apropriação dos espaços de lazer no conjunto habitacional Major Veneziano (I, II, III e IV) em Campina Grande, PB. In.: MAIA, D. S., and MARAFON, G. J., eds. *O programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 289-306. ISBN: 978-65-00-03029-7.
<https://doi.org/10.7476/9786500030297.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A apropriação dos espaços de lazer no conjunto habitacional Major Veneziano (I, II, III e IV) em Campina Grande, PB

Sâmara Iris de Lima Santos

Introdução

A política habitacional empreendida a partir do Programa Minha Casa Minha Vida tornou-se importante no que concerne à produção de moradias no Brasil desde 2009. Apesar de ser instrumento para a promoção da política urbana no contexto brasileiro, alguns estudos demonstram a continuidade de problemas ligados, sobretudo, ao processo de segregação. Para Lucena e Maia (2016), o PMCMV, apesar de proporcionar a habitação para muitos que não possuíam, também “tem contribuído para intensificar processos como a acelerada expansão das cidades, estimulando dessa maneira o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços e infraestruturas”.

A partir de estudos realizados junto à rede ReCiMe¹ (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias), constatou-se que as dinâmicas intraurbanas aparecem como um dos resultados mais sensíveis desse processo nas cidades médias, a exemplo da construção de grandes empreendimentos que têm impactado as relações entre centro e periferia, favorecendo a ampliação dos processos voluntários e involuntários de segregação.

Compreender a questão habitacional é avaliar que ela vai além da estrutura física da “casa”, pois diz respeito a todo o conjunto de fatores asso-

¹ As pesquisas mencionadas fazem parte do projeto intitulado: Grandes Infraestruturas Urbanas, Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Reconfigurando as relações entre as cidades médias, as cidades pequenas e o campo.

ciados à urbanidade, os quais são propícios para o viver na cidade, como a infraestrutura urbana, a segurança, o lazer, os serviços etc.

Nesse sentido, entende-se que a moradia, a partir da atuação do capital no espaço urbano, passou a ser produto criado em escala mercadológica, o que evidencia um conflito com o que se assegura no Art. 6º da Constituição Federal (1988),² ou seja, a de constituir-se como um dos direitos sociais do cidadão. No Art. 23 (1988),³ aparece como sendo de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: promover programas para a construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Ao identificar as particularidades das políticas habitacionais brasileiras, nota-se um aumento dos programas destinados à construção e ao provimento da casa própria, muito embora o direito à moradia e aos demais aspectos da urbanidade ainda persistam como uma lacuna para o Estado.

De acordo com Maia (2013, p.31), Campina Grande possui importância regional e “forte concentração de serviços e comércio e uma indústria que, embora pouco se destaque na realidade nacional, no Nordeste brasileiro se sobressai”. Historicamente, a cidade tornou-se um “espaço socioeconômico significativo no conjunto do Estado da Paraíba entre o final do século XIX e o começo do século XX, a partir da redefinição do eixo dos transportes e a consolidação da matriz comercial – algodoeira” (Oliveira, 2009, p. 12). Segundo o IBGE (2014), a cidade possui 402.912 habitantes, está localizada no agreste paraibano e apresenta-se como atrativo diário de pessoas advindas de outras regiões em decorrência da disponibilidade de serviços especializados nas áreas de saúde, educação e comércio.

A inserção de conjuntos habitacionais financiados pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” em Campina Grande concretizou-se a partir de 2011. De acordo com as pesquisas da ReCiMe, percebe-se que o avanço quantitativo de grandes empreendimentos não converge para o direito à cidade,⁴⁵ fato verificado também em outras cidades brasileiras.

² Segundo a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

³ Segundo a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

⁴ O direito à cidade vai além do direito individual (elites locais, poder público etc.), mas o direito da maioria dos habitantes nos espaços urbanos, conforme as análises de David Harvey e Ermínia Maricato.

Ao analisar os espaços destinados ao lazer nos conjuntos habitacionais do PMCMV, percebe-se que a produção desses conjuntos tem desconsiderado, em sua maioria, as peculiaridades dos locais onde são construídos,⁵⁶ tanto dentro dos conjuntos como nas áreas do entorno dos empreendimentos. Sobarzo (2006) explica que a realidade hoje é ainda mais complexa, pois a construção desses novos produtos urbanísticos tem acentuado a virtualidade das relações, no sentido de produção e apropriação do espaço.

Portanto, para compreender alguns dos resultados da política habitacional do PMCMV em Campina Grande, optou-se por analisar o conjunto Major Veneziano, pois foi o primeiro conjunto entregue, no ano de 2011, destinado à população da faixa 1 do programa, ou seja, às famílias com renda até 3 salários mínimos, conforme rege o documento do programa na época. O referido conjunto está localizado na porção Sudoeste da cidade, uma das áreas de expansão urbana de Campina Grande, e que de acordo com o IBGE (2014) apresenta espaços vazios e carência de infraestrutura.

Como caminho para construção da pesquisa, optou-se pela aproximação com a abordagem qualitativa a fim de entender as contradições presentes no processo de apropriação do conjunto Major Veneziano. Assim, como recurso metodológico foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturada com os moradores e agentes locais. Contudo, não foi desconsiderada a importância das informações quantitativas, especialmente os dados sobre renda, faixa etária e número de moradores.

O texto apresentado está estruturado, além desta introdução, em duas partes: a) a produção do conjunto Major Veneziano partindo da observação do projeto do empreendimento e do cotidiano analisado por meio das entrevistas com os agentes e moradores e b) a análise da apropriação dos espaços de lazer do conjunto habitacional Major Veneziano a partir dos resultados das entrevistas realizadas durante a pesquisa.

⁵ De acordo com as análises de Amore, Shimbo e Rufino (2015).

A produção do conjunto habitacional Major Veneziano (I, II, III E IV) em Campina Grande – PB

Criado no ano de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV propõe atender à população com renda mensal de até 10 salários mínimos, sendo ampliado a partir do PMCMV-2 com moradias para a população rural e para reformas habitacionais. Assim, o programa, na sua fase 2, atende aos seguintes grupos: 1) Aqueles que possuem renda de até R\$ 1.600,00 são beneficiados com auxílio substancial para habitações de interesse social, conforme consta na Cartilha do PMCMV.⁶ A faixa 2 compreende habitações para famílias com nível de renda de até R\$ 3.275,00. A faixa 3 integra as famílias com renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000,00.

Em Campina Grande, a produção habitacional a partir da inserção da política empreendida pelo PMCMV foi iniciada em 2011 com a introdução de projetos voltados para as faixas 1 e 2 do programa. Para Maia e Lucena (2015, p. 351), Campina Grande tornou-se “atrativa para investimentos do excedente do capital imobiliário, portanto, como lugar atraente para empreendimentos do PMCMV”.

O primeiro conjunto habitacional entregue à população da cidade e classificado como conjunto habitacional destinado à população com renda salarial de até 3 salários mínimos, foi o Major Veneziano (I, II, III e IV). O empreendimento está situado no Bairro Três Irmãs em Campina Grande. De acordo com o IBGE (2010), o bairro limita-se ao Norte, com o Serrotão; ao Sul, com o Bairro das Cidades; a Leste, com os bairros Santa Cruz, Presidente Médici e Acácio Figueiredo; e a Oeste, com a zona rural (mapa 1). O bairro apresenta carência de infraestrutura e grandes vazios, com áreas ambientalmente frágeis (riachos com águas poluídas). Entretanto, é um dos espaços da cidade onde o processo de ocupação tem se tornado intenso, com a implementação dos conjuntos habitacionais destinados à faixa 1 do PMCMV como, por exemplo, os empreendimentos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna.

O projeto do conjunto Major Veneziano I, II e III, foi aprovado em 2011 e entregue à população em dezembro de 2013. De acordo com o documento, são 496 apartamentos em cada unidade habitacional (4 unidades),

⁶ Para aprofundar essa análise, consultar a Cartilha do PMCMV. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: abr. de 2015.

divididos em 31 blocos de apartamentos. Cada apartamento possui dois quartos, sala, cozinha, um banheiro social e um espaço de serviço, com uma área total de 50 m².

A partir da aprovação do projeto, deu-se o processo de seleção das famílias por parte da Prefeitura Municipal, levando em consideração critérios socioeconômicos. No caso do referido conjunto, um dos objetivos mencionados pela gestão municipal foi o de retirar as famílias da Comunidade do Papelão. De acordo com depoimentos dos moradores que viviam na comunidade, muitas foram as manifestações por parte da população para obter uma moradia, além das reuniões com autoridades do município, até que a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal (SEPLAN) realizasse visitas para cadastrar os moradores nos sorteios.

Ao avaliar a localização do Conjunto Major Veneziano (mapa 01), percebe-se que ele segue a lógica segregacionista, comum ao PMCMV no território brasileiro. Maricato (2000, p. 4), analisa essa lógica e escreve:

Pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades, que os conjuntos habitacionais têm sido construídos em terras baratas a longas distâncias. Levar a cidade até eles, resulta socialmente muito caro, mas essa lógica de extensão da cidade alimenta aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária.

Mapa 1 – Localização do conjunto habitacional Major Veneziano em Campina Grande, PB

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL MAJOR VENEZIANO - CAMPINA GRANDE - PB

Fonte: elaboração própria com execução de Eliane Santos, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (2010-15)

A partir da análise do projeto e da sua edificação, bem como dos resultados das entrevistas junto aos moradores, afirma-se que o conjunto é afastado do centro da cidade. A localização é indicada pelos habitantes do conjunto como um fator negativo. Apesar de haver transporte coletivo, este é insuficiente, principalmente em finais de semana, quando o tempo de espera é de aproximadamente 1h para chegar nas proximidades do conjunto, além de circular apenas uma linha. Além disso, o percurso mínimo de 11 km até o terminal de integração localizado no Centro se dá com grande desconforto, dada a superlotação, visto que os ônibus transportam moradores dos conjuntos habitacionais vizinhos – Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna –, e pessoas de outros bairros durante o percurso até o Centro da cidade, tornando-o uma problemática para os que precisam utilizá-lo.

Em relação aos serviços de comércio nas proximidades dos conjuntos, a população confirma a existência apenas de pequenos estabelecimentos na

área externa. Estes referem-se à área de um terreno em frente ao conjunto, que no projeto é onde deve ser construído equipamentos sociais e que é ocupado por barracas que comercializam produtos diversos, principalmente os para o consumo diário. Para os moradores, essas barracas são importantes no cotidiano, pois alguns comércios como farmácias, padarias etc., só são encontrados nos outros bairros, como Cidades, Três Irmãs, Presidente Médici e o Centro. Além disso, alguns serviços se tornam mais caros devido à localização do conjunto, a exemplo dos mototáxis⁷ que cobram desde o centro da cidade, taxas em torno de R\$ 12,00, enquanto para outras áreas o preço cobrado, em média, é de R\$. 6,00. As farmácias da cidade apresentam dificuldades em relação à entrega de medicamentos devido à distância ou cobram taxas extras, de acordo com alguns moradores. A respeito da problemática da localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, Maricato (2009, p. 6) afirma:

Há no Brasil conjuntos habitacionais com localização tão distante e inadequada que não apenas colocaram os moradores em uma condição de sofrimento, como criaram uma série de deseconomias urbanas. Quando se instala um conjunto fora da cidade, é preciso levar a cidade até o conjunto. É uma condição de deseconomia e de insustentabilidade, que no mínimo gera muitas viagens. O contrário do que o urbanismo atualmente preconiza.

A partir de visitas *in loco* e de acordo com entrevistas realizadas,⁸ apesar da importância existente em relação à construção dos apartamentos, considerando que muitos não dispunham de um lugar “próprio” para moradia,⁹ alguns aspectos, sobretudo relacionados à ausência de infraestrutura (posto de saúde, espaços públicos insuficientes, mercado público, escolas etc.), dificultam o cotidiano dos moradores, pois não foram construídos na localidade,

⁷ De acordo com a STTP (Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos) em 2016, esse tipo de serviço não pode ultrapassar os R\$ 7,00 (finais de semana e feriados).

⁸ Comentários realizados por meio de questionários aplicados no conjunto Maj. Veneziano durante o primeiro semestre de 2015.

⁹ De acordo com Silva (2010), este conjunto foi destinado para abrigar famílias que vivem na comunidade do Papelão, nas proximidades do Estádio “O Meninão”. em campo (dezembro de 2014), constatou-se que nessa área ainda existem famílias que esperam ser beneficiadas com casas do PMCMV.

embora, como anteriormente mencionado, existam terrenos no entorno destinados à construção dos equipamentos públicos.¹⁰

De acordo com os autores Pequeno e Rosa (2009, p. 150), o direito à cidade mostra-se “negado quando se analisa a localização dos empreendimentos com relação às centralidades, reconhecidas a partir da convergência de equipamentos de saúde, comércio mais diversificado e áreas que concentram empregos”.

Portanto, ao analisar a produção do conjunto Major Veneziano (I, II, III e IV), percebe-se que os moradores estão presenciando um processo segregacionista em decorrência da localização dos empreendimentos no tecido urbano, decorrente também da distância das áreas mais urbanizadas detentoras de serviços comerciais e infraestrutura suficientes para a população.

Análise da apropriação dos espaços de lazer no conjunto Major Veneziano

Os espaços de lazer e de uso comum destacam-se como importantes instrumentos para a prática cotidiana e vivência no urbano. É possível caracterizá-los como aqueles cuja necessidade básica seria a de proporcionar a ação da coletividade, mediante equipamentos para práticas esportivas, acesso e uso, ou que ajudem a manter o cidadão em um momento de descanso. De acordo com Rolnik (2000, p. 2), os espaços de lazer podem ser observados de duas formas:

A primeira sugere a ideia de lazer como um privilégio de consumo real (ou mera possibilidade) de prazer, da cidade e do tempo. Nesta concepção o espaço fica reduzido a um simples local de acesso, tornando-se apenas o suporte para a conexão de pontos, de endereços; rotas para se chegar aos locais onde existe o prazer; isso tanto dentro do espaço doméstico – televisão, vídeo e vida familiar – como nos espaços do consumo cultural e esportivo. A segunda posição vê o lazer encarnado na cidade, estreitando a relação de uns cidadãos com os outros, ou seja, um lazer com funções pessoais e sociais, identificando com a dimensão pública da cidade. O lazer passa a ser primordial da denominada qualidade de vida. (Grifos nossos).

¹⁰ Esta informação foi obtida por meio de uma conversa com o Secretário de Obras da cidade, em maio de 2015, após a observação em campo, e do projeto na Prefeitura.

Entende-se que os espaços de lazer dos conjuntos habitacionais podem ser caracterizados como espaços privados por estarem fixados dentro dos conjuntos e condomínios residenciais verticais, e foram criados a partir de políticas públicas habitacionais de interesse social, mas desenhados e comercializados pelo mercado imobiliário. Portanto, faz-se necessário tratar os espaços de lazer dos conjuntos estudados em duas dimensões: a da produção e a da apropriação.

Na produção desses conjuntos habitacionais, duas esferas de poder se destacam e são as mesmas que atuam nos espaços urbanos. Sobarzo (2004, p. 60) entende que a primeira esfera corresponde ao poder no espaço. Ou seja, sendo o exercício do poder no controle do espaço, esse poder tem o intuito de atuar a partir das normativas legais e da ocupação do uso com vistas à dominação política. Como exemplo, podemos citar a atuação do poder municipal a fim de promover a construção de empreendimentos destinados às faixas salariais (2 e 3) em locais com melhor localização ou com possibilidades futuras de valorização. A segunda perspectiva é o poder do espaço. Este, por sua vez, é caracterizado e produzido nas desigualdades e contradições, dificultando o processo anterior de dominação política. Como exemplo, podemos citar as ações dos moradores dos conjuntos habitacionais destinados à faixa salarial 1 que, na tentativa de dirimir a escassez de estabelecimentos comerciais e de serviços nas áreas do conjunto, construíram estabelecimentos comerciais na área externa de forma ilegal.

O cotidiano pode ser entendido a partir dos usos que se revelam nas práticas das apropriações socioespaciais e socioterritoriais. Portanto, podemos conceber como práticas de “um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade” (Fernandes, 2005, p. 31). Para Sobarzo (2004, p. 146), “os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta impor a cidade”. Assim, a contraposição construída por meio da prática cotidiana dos usuários revela o modo de apropriação do espaço vivido. Enquanto um conjunto é planejado, seguindo normas do desenho arquitetônico e a rotina do cotidiano dos moradores, ou seja, os “modos de fazer” na concepção de Certeau (1998, p. 41), acabam por “revelar as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado”.

A fim de entender a forma como os espaços de lazer são apropriados no conjunto Major Veneziano, pode-se observar a relação dos moradores com esses espaços e, em especial, as práticas exercidas pelas crianças por meio do ato de brincar nas áreas de uso comum (figura 1). No conjunto, além das ruas, existem também um playground (figura 2) e uma quadra poliesportiva. No entanto, conforme foi apontado pelos moradores, esses equipamentos se tornam insuficientes devido à quantidade de crianças. Além disso, alguns brinquedos apresentam danos em sua estrutura, porém, um outro fator que merece atenção é a insalubridade (figura 3) em relação aos ambientes nas proximidades desses espaços comuns.

Figura 1 – Crianças brincando nas áreas de uso comum do conjunto Major Veneziano

Fonte: Elaboração própria. Trabalho de campo, jan. 2016.

Figura 2 – Playground do conjunto Major Veneziano II

Fonte: Elaboração própria. Trabalho de campo, jan. 2016.

Figura 3 – Situação das caixas de esgoto nas proximidades das áreas de uso comum

Fonte: elaboração própria. Trabalho de campo, jan. 2016.

Percebe-se a existência de espaços destinados ao lazer dentro dos conjuntos habitacionais estudados. No entanto, no caso do Major Veneziano II, alguns fatores dificultam o pleno acesso e o uso por parte dos moradores. As crianças acabam realizando suas atividades lúdicas em espaços próximos às caixas de esgoto e lixo ou em estruturas que estão enferrujadas e danificadas (playground). Para Marcellino (2007), os espaços de lazer englobam vários lugares como o lar, a escola, os bares, até as ruas e praças. Logo, o autor enfatiza que

A precariedade na utilização dos equipamentos não específicos coloca-nos três questões igualmente importantes: 1- a necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer - o que não é fácil num País como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas; 2- a consideração da necessidade da utilização dos equipamentos para o lazer, através de uma política de animação; 3- a preservação de espaços urbanizados “vazios” (Marcellino, 2007, p.10).

De acordo com os moradores, os espaços de lazer seriam as praças, as áreas de lazer, academias públicas, brinquedos etc. Logo, são os espaços destinados à circulação livre, aos usos, às trocas e à diversão. Todavia, esse perfil não é identificado nos conjuntos pelos moradores, apesar dos equipamentos distribuídos nos empreendimentos. Para uma das entrevistadas:

Os espaços de lazer geralmente são poucos, e os poucos que têm a população danifica, e é muito pequeno os espaços de lazer aqui, só tem dois balanços e quantas pessoas vivem num condomínio desse? Várias pessoas. Pequeno demais, e fez um espaço grande de jogos de futebol, com relação a outras partes, ficou pequena (Entrevista concedida no conjunto Major Veneziano em janeiro de 2016).

Os espaços destinados ao lazer das crianças são restritos a um *playground* na entrada de cada conjunto. Esses equipamentos, em sua maioria, apresentam problemas de manutenção e acabam não atendendo à quantidade de crianças, segundo a administração e os próprios moradores. Como já mencionado, as crianças utilizam outras áreas do conjunto, próximas às caixas de esgoto danificadas, o que pode favorecer o acúmulo de lixo e doenças. Sobre esse problema, uma moradora expõe:

Precisam fazer alguma coisa pelas crianças porque elas quando não estão nas escolas, estão dentro dos condomínios, e não tem nada para se fazer, então ficam ali (fazendo referência às crianças que estavam nas ruas do conjunto), então ali elas podem quebrar janelas, fazendo confusão. Então, se elas se ocupassem, se tivesse alguma atividade física para se manter ocupadas, porque aí, se incentivassem elas, ficariam focadas em alguma coisa (Entrevista concedida no Major Veneziano, em janeiro de 2016).

A falta de equipamentos de lazer para os adultos também foi mencionada no discurso dos entrevistados. Existe, em cada unidade do Conjunto Major Veneziano (I, II, III e IV), uma quadra de futebol, mas segundo os pesquisados, a sua utilização é condicionada ao pagamento de uma taxa à noite por causa do uso dos refletores. Em relação ao uso do salão de festas que fica ao lado do *playground*, no conjunto Major Veneziano II (figura 4), ele foi transformado em um Clube de Mães que atende a todas as unidades do Conjunto Major Veneziano (I, II, III e IV). Apesar de ser uma prática proibida pelo estatuto interno, passou a ser realizada pelos moradores, pois a área destinada pela Prefeitura para a construção de um espaço para as mães não foi entregue de acordo com os pesquisados.

Foto 04 – No segundo plano, o salão de festas do Conjunto Major Veneziano

Fonte: Elaboração própria. Trabalho de campo, jun. 2014.

A construção do espaço para as mulheres no conjunto foi uma tentativa da administração a fim de possibilitar a ocupação das moradoras que ficam ociosas em suas residências. No espaço do salão são desenvolvidas atividades e minicursos ministrados pelas próprias moradoras para ensinar umas às outras atividades artesanais e os produtos são comercializados. A respeito disso, uma das moradoras nos disse:

No clube de mães tudo que é feito assim, tudo é vendido para ajudar a manter o clube de mães. Quase toda semana tem oficinas de sandálias, de adesivagem de sandálias, tem vários tipos de cursos, de rosas, EVA. E assim, cada curso que tem fica uma parte para ser arrecadado dinheiro para o clube de mães (Entrevista concedida no conjunto Major Veneziano em janeiro de 2016).

Logo, ao relacionar a produção dos espaços destinados ao lazer no conjunto Major Veneziano, identifica-se que a quantidade dos espaços construídos é insuficiente na compreensão dos moradores. A depreciação dessas áreas torna-se um fator negativo para a atração das pessoas quanto ao uso, pois as áreas são mínimas e não existem recursos financeiros para realizar a conservação dos locais. Apesar de existir um trabalho de conscientização quanto às regras de utilização e convívio no conjunto, que é realizado pela Caixa Econômica Federal e pela Prefeitura Municipal, observou-se, a partir das entrevistas, que alguns moradores não contribuem com o pagamento das taxas condominiais, acarretando a falta de recursos para a manutenção.

Marcellino (2006, p. 97) destaca que “para a realização do lazer, é necessário, antes de tudo, que o tempo disponível corresponda um espaço disponível”. Segundo as autoras Nascimento e Tostes (2011), não existem diretrizes específicas empregadas pela Caixa Econômica Federal¹¹ em relação ao projeto do espaço público (ou comum), tanto no que diz respeito ao uso coletivo quanto ao dimensionamento, com exceção do terreno, a localização e a segurança (iluminação de áreas comuns). Assim, ao construir uma análise sobre a estrutura dos espaços destinados ao lazer a partir da política do PMCMV, verifica-se que alguns problemas se tornam mais perceptíveis

¹¹ A Caixa é uma empresa 100% pública e atua como agente mediador dos financiamentos para as políticas urbanas como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços. Ela constitui o principal agente financiador do Programa Minha Casa Minha Vida.

para aqueles que vivem cotidianamente nos empreendimentos. Tal fato proporciona a acentuação das diferenças na produção dos espaços de lazer dos conjuntos para os segmentos (faixas salariais) aos quais são destinados.

Portanto, constata-se a relação conflituosa entre a produção dos espaços de lazer no conjunto e a apropriação por parte dos moradores. Alguns equipamentos, a exemplo dos *playgrounds*, entram quase em desuso por causa da estrutura física e a manutenção, dando lugar a outras áreas do conjunto que servem como um espaço de lazer, mas que originalmente foram pensados como espaço de passagem – como a rua. O salão de festas é utilizado como uma sala para as atividades do Clube de Mães, pois não existe um outro local de acordo com os pesquisados, inclusive fora dos conjuntos, para a reunião das mulheres que ficam em atividades ociosas. Além disso, há o comércio e alguns serviços realizados nos apartamentos, nas áreas de uso comum e fora do empreendimento, acarretando formas de uso “ilegal” dos espaços por não terem ambientes destinados aos serviços e ao comércio adequados. Dessa forma, “surtem conflitos decorrentes da superposição de interesses, quanto a um mesmo espaço, dada a escassez dos espaços disponíveis à livre apropriação” (Aranha, 2004, p. 11).

Diante da insuficiência dos equipamentos destinados ao lazer e a ausência da manutenção, observa-se que novas práticas socioespaciais são construídas nos espaços do referido conjunto. Assim, são estabelecidas resistências nos espaços a partir do que é produzido pela lógica do Programa Minha Casa Minha Vida.

Considerações finais

Ao examinar a produção das moradias pelo PMCMV a partir do caso do conjunto Major Veneziano, percebe-se uma reprodução de problemas comuns em outras regiões do país, a exemplo da localização no tecido urbano, perpetuando processos segregacionistas, e a insuficiência dos equipamentos de infraestrutura e lazer, desconsiderando as particularidades dos espaços e dos seus habitantes.

Neste sentido, a partir da espacialização dos empreendimentos destinados ao PMCMV e os novos produtos urbanísticos da cidade, é possível conceber que a atuação do poder público contribui para a produção de uma cidade segregada. O Art. 21 do Plano Diretor (2006) permite a ampliação da área

para a construção de conjuntos em áreas de zona de expansão (oeste, sudoeste e sul) que estão em processo de urbanização. Assim, uma grande parcela dos empreendimentos voltados ao segmento de baixa renda estão se fixando na área Sudoeste da cidade, enquanto nas zonas leste e norte, especialmente nos bairros do Catolé, Alto Branco e Nações, existe um crescimento expressivo de condomínios residenciais fechados, destinados à população de alta renda.

A pesquisa a respeito das áreas de lazer e de uso comum em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida da Faixa 1, ou seja, habitações sociais, em Campina Grande possibilitou visualizar um outro aspecto no que diz respeito ao programa habitacional brasileiro.

Os espaços de lazer mostram-se insatisfatórios por causa do contingente de moradores nos conjuntos, que é superior aos espaços reservados para essa finalidade, o que reproduz movimentos contrários à lógica imposta pela produção. Além disso, um agravante é a ausência de espaços públicos como praças nas imediações dos empreendimentos habitacionais. Assim, as pessoas se apropriam dos espaços que não são destinados ao lazer como alternativa à proposta do desenho do projeto. A construção do Clube de Mães no Conjunto Major Veneziano é um exemplo da criatividade e da resistência empregada por meio dos usos no cotidiano. Além disso, a disponibilidade de espaços de lazer para todas as faixas etárias é baixa e muitos moradores (adultos) ficam sem opções de lazer, mantendo-se dentro dos apartamentos. O descaso com os espaços de lazer e com as áreas comuns transformam-se em uma maneira de evidenciar as resistências por parte do que é imposto, indicando as necessidades dos moradores.

Ao confrontar as análises obtidas sobre os espaços de lazer nesses dois conjuntos habitacionais, é possível identificar a importância da sua existência para a sociabilidade e para o uso cotidiano pelos moradores. Porém, as condições para a apropriação por meio dos usos no Major Veneziano são mínimas, condicionadas pela precarização dos equipamentos. A necessidade é perceptível quando as pessoas, ao serem entrevistadas sobre o que seriam esses espaços de lazer, relatam que “é um espaço que não existe aqui”.

Portanto, ao observar a relação entre o que foi produzido e entregue à população do conjunto Major Veneziano, nota-se a carência em relação à infraestrutura, o que favorece a ampliação dos embates entre a comunidade com o poder público local, uma vez que eles passam a criar de acordo com o cotidiano, espaços de lazer e uso que não estão estabelecidos no projeto, o

que acentua o embate entre a produção dos conjuntos habitacionais e a apropriação. Vale ainda acrescentar que um dos fatores que agravam a situação é por se tratar de um condomínio vertical fechado para uma população de baixa renda. Assim, os moradores ficam confinados neste espaço, sem espaço de lazer e/ou de uso comum, e tampouco encontram alternativas no espaço público, ou seja, nega-se à cidade o direito à cidade.

Referências

- AMORE, Caio S. et al. (org.). *Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.
- COSTA, Leonardo. *Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário*. (Dissertação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- DINIZ, Lincoln. *Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas de e a sua dinâmica socioespacial em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFPG, 2009. 120 p.
- IBGE. *Cidades*. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em maio 2015.
- LACERDA JÚNIOR, J. A. e LIRA, A. N. *Retratos de Campina Grande: um século em imagens urbanas*. Campina Grande: UFCG, 2012. 552 p.
- _____. MAIA, D. S. “A periferação e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil”. *Revista Scripta Nova*, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 331 (80), 2010.
- _____. e LUCENA, W. “A expansão periférica e a habitação popular nas cidades do interior do território brasileiro: o processo de urbanização recente em cidades de distintas escalas geográficas - Campina Grande e Patos na Paraíba”. In: BELLET, Carmen. et al. (org.). [FALTA O TÍTULO DA OBRA]. Presidente Prudente: UNESP, Lleida: Edicions de la Universidade de Lleida. 2015, 514p.
- _____. e _____. “Habitação e expansão urbana: análise do Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades de Campina Grande, PB e Caruaru, PE”. In: Encontro Nacional de Geógrafos, XVIII. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís. *Anais eletrônicos*, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/capa>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- _____. et al. “Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações”. In: ELIAS, D. et al (Org). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. pp. 29-60.
- MARICATO, Ermínia. “Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação”. *Cadernos metrópole*. São Paulo. n. 21, 2009. MARICATO, Ermínia. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Carta Maior, 27 de maio de 2009. Disponível em: <[hZps://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poli_ca/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poli_ca/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160)

- _____. É preciso repensar o modelo. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Editora Pini, set. 2009. Disponível em: < [hZps://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/c3a9-preciso-repensar-o-modelo_-au-arquitetura-e-urbanismo.pdf](https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/c3a9-preciso-repensar-o-modelo_-au-arquitetura-e-urbanismo.pdf) > Acesso em agosto de 2019.
- MARCELLINO, Nelson C. “As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer”. *Revista Impulso*. Piracicaba, n. 17. 2006, pp. 55-66.
- OLIVEIRA, Roberto Veras (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEP, 2009. 213p.
- SILVA, Iranise. *A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande- PB*. (Dissertação) João Pessoa: UFPB. 1987.
- SILVA, Yure. *A política habitacional em Campina Grande –PB (1988 -2009)*. (Dissertação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- SPÓSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. 14.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. “Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista”. *Revista Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (11), 2007.
- ROLNIK, R. et al. “O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação”. *Cad. Metrópole*, São Paulo, v. 17, n. 33, 2015.